

O ABC do Mercado Voluntário de Carbono



**Capítulo 15:
Como funciona o
aninhamento de
REDD+?**

Capítulo 15: Como funciona o aninhamento de REDD+?

Países podem querer integrar as atividades Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal Mais (REDD+) em diferentes escalas para apoiar programas jurisdicionais e projetos do mercado voluntário de carbono (MVC). Aninhamento permite que países apoiem REDD+ em diferentes níveis de investimento e governança.

O que é aninhamento?

Aninhamento (em inglês, *nesting*) refere-se ao alinhamento da contabilização das reduções e remoções de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em diferentes escalas. Os sistemas de REDD+ aninhados alinham a contabilidade e o reporte das reduções e remoções de emissões de gases de efeito estufa (GEE) de projetos de Desmatamento Evitado e programas jurisdicionais de REDD+. Ao integrar as estruturas contábeis para diferentes tipos de REDD+, o aninhamento harmoniza os benefícios climáticos das atividades de uso da terra implementadas em diferentes escalas, ajuda a gerenciar vazamentos e reforça salvaguardas ambientais.

O aninhamento permite a implementação de REDD+ em diferentes escalas, criando incentivos para atores públicos e privados. Os governos estão mais bem equipados para estabelecer

sistemas sustentáveis de uso da terra a longo prazo, combater atividades ilegais e corrupção e garantir direitos fundiários para povos indígenas e comunidades locais (PIs&CLs). Desenvolvedores de atividades e parceiros locais podem projetar e implementar soluções e estabelecer acordos de distribuição de benefícios para contextos socioecológicos específicos. As empresas podem fornecer investimentos e desembolsar rapidamente os pagamentos para acelerar a mitigação das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que cumprem as regulamentações que as impulsionam a reduzir as emissões e o desmatamento em suas cadeias de suprimentos.

Os sistemas aninhados provavelmente desempenharão um papel no projeto e na implementação de REDD+ no futuro. Sistemas de aninhamento eficazes que gerem créditos de carbono de alta qualidade atrairão financiamento privado para intervenções de conservação florestal e mitigação das mudanças climáticas. O arranjo ideal de aninhamento alinha projetos financiados pelo setor privado com programas jurisdicionais de REDD+ para proteger as florestas em escala, maximizando a cooperação entre atores públicos e privados.

Caixa 15.1: O aninhamento é necessário para que REDD+ gere créditos que são negociados no MVC?

Não. Projetos de REDD+ podem ser desenvolvidos e gerar unidades negociáveis sem serem aninhados se um país não tiver uma abordagem de aninhamento. REDD+ pode funcionar como um programa jurisdicional no qual todas as atividades são gerenciadas pelo governo, sem contabilidade ou crédito separado, e os pagamentos são feitos por meio de acordos de distribuição de benefícios. No entanto, aninhamento é uma boa estratégia para garantir o alinhamento entre as políticas florestais nacionais e as atividades em nível de projeto para reduzir o desmatamento. O aninhamento pode ser implementado em uma abordagem gradual, começando com a coordenação do nível de referência jurisdicional e das linhas de base do projeto, e passando para um sistema de aninhamento mais abrangente ao longo do tempo.

Por que os governos se envolveriam com aninhamento?

Os governos escolhem se envolver com aninhamento porque querem reconhecer as atividades existentes e futuras de projetos de REDD+ e implementar REDD+ de acordo com sistemas locais de propriedade e direitos da terra. Em áreas onde já existem vários projetos de REDD+ ou onde o direito à terra implica o direito de colher seus recursos (incluindo créditos de carbono), projetos de aninhamento em sistemas nacionais são muitas vezes a única maneira de implementar REDD+. O aninhamento pode ajudar os países a cumprir metas de pagamento baseado em resultados sob acordos internacionais ou multilaterais, acessar financiamento para metas climáticas e florestais, fortalecer estratégias nacionais de REDD+ e gerar créditos de carbono em nível jurisdicional para vender no MVC.

O aninhamento pode incentivar o investimento privado direto em REDD+ e, ao mesmo tempo, aumentar a integridade de projetos de REDD+ por meio de linhas de base conservadoras e contabilização de vazamentos em toda uma jurisdição. Créditos de programas de REDD+ aninhados podem ser mais atraentes para compradores do MVC do que créditos de projetos de REDD+ porque as preocupações de qualidade associadas a linhas de base de projeto inflacionadas, vazamento, permanência e salvaguardas são consideradas mais bem abordadas por meio de programas de maior escala, enquanto os investimentos podem fluir para atividades de projeto distintas. No entanto, a qualidade dos créditos de programas de REDD+ aninhados depende da integridade dos métodos contábeis nacionais e da capacidade de aplicação da regulamentação. A credibilidade dos programas de REDD+ depende de níveis

conservadores de referência florestal (FRELs na sigla em inglês), medição, reporte e verificação robustos e salvaguardas aplicáveis em todos os níveis de implementação.

O Verified Carbon Standard (VCS) da Verra está consolidando todas as metodologias de REDD+ e outras metodologias para certificar atividades que evitam desmatamento não planejado. Essa consolidação integra as linhas de base do projeto REDD+ em FRELs históricos nacionais ou jurisdicionais. Idealmente, esses FRELs são desenvolvidos ou endossados pelos governos nacionais. No entanto, eles também podem ser criados pelo próprio VCS. A revisão consolidada da metodologia VCS aborda os riscos de os desenvolvedores de atividades definirem a configuração inflada da linha de base e fornece ferramentas essenciais para REDD+ aninhado.

Como o aninhamento deve ser projetado?

Os governos devem identificar objetivos de suas políticas de forma clara antes de projetar um sistema aninhado. As circunstâncias locais e as preferências de suas políticas determinarão como um país aninhará REDD+. Os governos também podem buscar acessar o financiamento de carbono por meio de REDD+ jurisdicional ou fornecendo estruturas de alta integridade para investimentos privados em REDD+ que não fazem

parte de sistemas aninhados. Em áreas onde todos os direitos à terra e futuros créditos de carbono cabem ao Estado, o governo pode implementar REDD+ aninhado no contexto de um sistema de distribuição de benefícios administrado pelo governo.

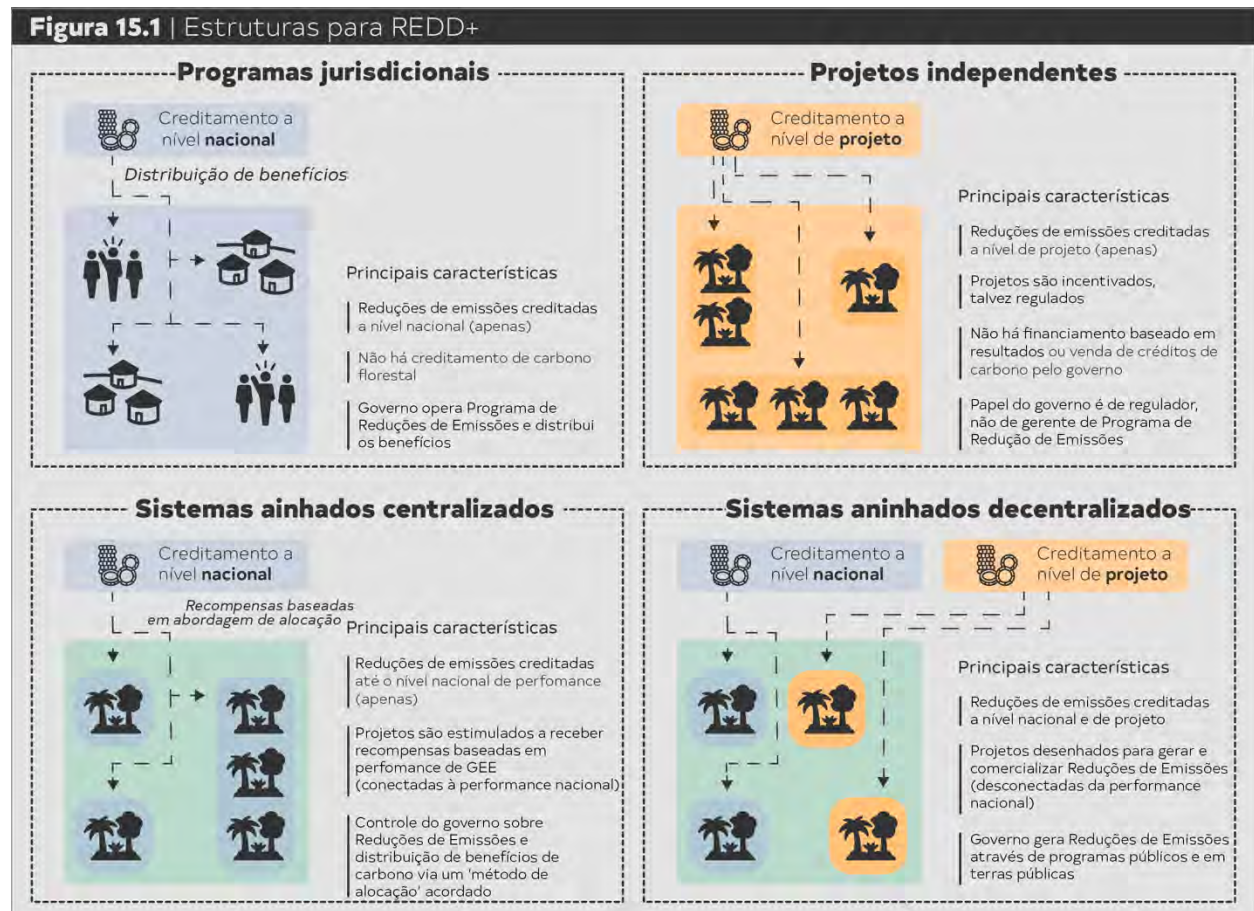
O REDD+ aninhado pode ter diferentes graus de controle governamental. Em sistemas de aninhamento centralizada, créditos de carbono são emitidos apenas em escala nacional e os projetos participam de REDD+ por meio de compartilhamento de benefícios controlado pelo governo (por exemplo, por meio de programas de pagamento por serviços ecossistêmicos). Em sistemas de aninhamento descentralizados, os créditos são gerados na escala do projeto, e os projetos geram e comercializam créditos independentemente do governo. Em países onde os projetos de REDD+ no MVC estão em implementação, ou são geralmente bem-vindos, o aninhamento descentralizado é frequentemente favorecido porque integra mais facilmente os acordos existentes e evita controvérsias legais com os participantes dos projetos existentes. A Figura 15.1 mostra como REDD+ pode ser estruturado como programas jurisdicionais ou projetos autônomos em um país sem sistemas de aninhamento ou sob sistemas de agrupamento centralizados ou descentralizados.

Os dois padrões jurisdicionais de REDD+ — o Jurisdictional and

Nested REDD+ Framework (JNR) da Verra e o Arquitetura para Transações de REDD+ / Padrão de Excelência Ambiental de REDD+ (ART/TREES na sigla em inglês) — definem critérios para REDD+ aninhado. Em ambos os casos, os governos têm a escolha entre sistemas aninhados centralizados ou descentralizados. Enquanto o JNR oferece diretrizes detalhadas para REDD+ aninhado, o ART/TREES define cenários de aninhamento, mas deixa os detalhes para os governos participantes decidirem.

Quais são os principais recursos dos sistemas REDD+ aninhados?

Os sistemas de REDD+ aninhados exigem que os governos tenham sistemas confiáveis de contabilização de carbono de REDD+. Para promover o alinhamento na definição das linhas de base entre as atividades de REDD+, os governos podem exigir conformidade nas metodologias de linha de base e monitoramento, alocar FRELS para garantir que as linhas de base do projeto não excedam as linhas de base jurisdicionais ou definir níveis máximos de crédito para projetos. Os governos também devem



decidir sobre as atividades de REDD+ que serão incluídas no aninhamento e estabelecer definições, dados e métodos para estimar as emissões de GEE. Para um REDD+ aninhado eficaz, os governos devem ter a capacidade de rastrear e registrar projetos e créditos, garantir a consistência dos dados e compartilhar essas informações de forma transparente. Os governos também devem considerar se e quando apoiarão as transações de REDD+ com ajustes correspondentes de acordo com o Artigo 6 do Acordo de Paris.

As instituições governamentais devem ter responsabilidades claramente atribuídas para a implementação do aninhamento. A infraestrutura institucional é necessária para gerenciar os aspectos técnicos, financeiros, administrativos e de supervisão do aninhamento, e para a alocação de reduções de emissões de GEE, gestão de fundos e distribuição dos benefícios associados. As instituições governamentais são responsáveis por monitorar, verificar e contabilizar as reduções jurisdicionais de emissões. Os governos devem considerar a criação de registros, sistemas nacionais de monitoramento e outros mecanismos de gerenciamento de dados para facilitar a implementação efetiva do aninhamento e a coordenação institucional.

Terras limpas e direitos de carbono também informam o projeto de sistemas REDD+ aninhados.

Esclarecer a posse da terra e os direitos de carbono associados por meio de leis ou contratos facilita a implementação do aninhamento de REDD+. Os governos devem considerar os direitos legais dos projetos existentes de desmatamento evitado e como esses direitos precisam ser integrados em sistemas aninhados de REDD+. Dependendo dos sistemas fundiários e dos direitos das comunidades e indivíduos, os governos podem ter que levar em conta futuros projetos de REDD+ e criar medidas para que esses projetos sejam legalmente aninhados em sistemas jurisdicionais. Os governos também devem estabelecer planos de distribuição de benefícios que detalhem como o financiamento de carbono de REDD+ é distribuído e os incentivos monetários ou não monetários que serão compartilhados.

Os governos podem implementar salvaguardas para atividades aninhadas de REDD+. Consultas participativas com atores locais são essenciais para a integração bem-sucedida de projetos REDD+ existentes com sistemas aninhados. REDD+ aninhado deve estar alinhado com os objetivos de programas florestais nacionais e acordos internacionais; ser transparente e levar em conta a legislação e soberania nacional; respeitar o conhecimento e os direitos dos Pls&CLs; garantir a participação plena e efetiva das partes interessadas relevantes,

promover a conservação das florestas e da biodiversidade, enfrentar os riscos de reversões e evitar o deslocamento de emissões. Além das salvaguardas impostas pelos governos, os desenvolvedores de projetos privados ou os padrões de carbono podem impor requisitos de salvaguarda.

Os governos também devem considerar os riscos inerentes aos sistemas aninhados, particularmente o baixo desempenho de programas ou projetos jurisdicionais na geração de reduções e remoções de emissões de GEE. Os compradores corporativos podem preferir negociar créditos diretamente com desenvolvedores de projetos ou investir diretamente em projetos de REDD+ porque não são capazes ou dispostos a assumir o risco de falha na implementação do governo. No entanto, os governos podem aumentar o apoio corporativo a programas jurisdicionais estabelecendo regras claras de aninhamento e definindo regras que aloquem o risco de não desempenho nos níveis de projeto ou de jurisdição. Os métodos para reduzir os riscos dependem do tipo de sistema de REDD+ aninhado e podem incluir: fortalecimento das instituições e da governança para proporcionar uma implementação eficaz; compartilhamento de riscos de desempenho; estabelecimento de mecanismos de responsabilização; garantir múltiplos fluxos de financiamento; compensar os atores

negativamente impactados pelo aninhamento (por exemplo, onde os direitos ao carbono são centralizados e precisam ser compensados), incluindo partes interessadas relevantes em projetos de REDD+ e compartilhamento de benefícios, e usando as metodologias mais atualizadas para calcular reduções e remoções de emissões de GEE.

Leitura adicional

Hamrick, K., Webb, C., & Ellis, R. (2021). Nesting REDD+: Pathways to Bridge Project and Jurisdictional Programs. Retrieved August 9, 2021, from https://www.nature.org/content/dam/tnc/nature/en/documents/REDD_Plus_PathwaystoBridgeProjectandJurisdictionalPrograms.pdf

Streck, C., Lee, D., Cano, J., Fernandez, M., Llopis, P., Landholm, D., et al. (2021). Nesting of REDD+ Initiatives: Manual for Policymakers (No. AUS0002247) (No. AUS0002247). Retrieved October 11, 2021, from <https://documents1.worldbank.org/curated/en/411571631769095604/pdf/Nesting-of-REDD-Initiatives-Manual-for-Policymakers.pdf>

Agradecimentos

Autores: Melaina Dyck, Charlotte Streck e Danick Trouwloon

Desenhista: Sara Cottle

VCM Primer | vcmprimer.org

Colaboradores: Leo Mongendre,
Pablo Nuñez, Laura Carolina
Sepúlveda e Theda Vetter

Tradução para Alan Ichilevici de
Oliveira

Data de publicação: Outubro de
2023

O ABC do Mercado Voluntário de
Carbono (MVC) é apoiado pela
Climate and Land Use Alliance
(CLUA). Os autores agradecem aos
revisores e parceiros que
generosamente contribuíram com
conhecimento e experiência para
este manual.